

relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento pessoal.

15.4 — Cada um dos métodos de selecção é eliminatório, sendo excluído do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos de selecção, não lhes sendo aplicado o método de selecção seguinte.

16 — A valoração final dos candidatos expressa-se numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se excluído o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5.

17 — Nos termos do n.º 1 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, a publicitação da lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados e excluídos ocorridos no decurso da aplicação do método de selecção é aplicável, com as necessárias adaptações, o dispostos nos artigos 30.º, n.ºs 1 e 3 e 31.º, n.ºs 1 a 5 da mesma Portaria.

18 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após a homologação, é publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada no local de “estilo” do Ministério dos Negócios Estrangeiros e disponibilizada na sua página electrónica, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

19 — Em caso de igualdade de classificações, serão adoptados os critérios de ordenação preferencial previstos no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

20 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), na página electrónica do Ministério dos Negócios Estrangeiros e em jornal de expansão nacional, por extracto.

21 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a “Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.”

22 — Composição e identificação do Júri:

Presidente — Fernando Teles Fazendeiro, Subdirector-Geral da DGACCP.

1.º Vogal efectivo — Maria de Fátima Mendes, Directora de Serviços, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos.

2.º Vogal efectivo — José Morujo, Técnico Superior.

1.º Vogal suplente — Catarina Rocha, Chefe de Divisão.

2.º Vogal suplente — Anúnciação Ramos, Técnica Superior.

23 — Acesso às Actas — As actas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação do método de selecção, a grelha classificativa e o sistema de valoração final, são facultados nos termos da lei aos candidatos sempre que solicitadas, nos termos da alínea *t*) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009.

20.01.2010. — O Director do Departamento, *Francisco Guerra Tavares*.

202826052

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços
Tributários e Aduaneiros

Declaração de rectificação n.º 155/2010

Por ter saído com inexactidão, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 242, de 16 de Dezembro de 2009, o despacho n.º 27 012/2009, rectifica-se que onde se lê «na categoria de técnico de informática de grau 3, nível 2, da carreira de técnico de informática» deve ler-se «na categoria de técnico de informática de grau 2, nível 2, da carreira de técnico de informática».

8 de Janeiro de 2010. — O Director-Geral, *Luis Pinto*.

202826336

Instituto de Informática

Aviso n.º 1821/2010

Por despacho de 06.01.2010 do Director-Geral do Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública, foi autorizada a seu pedido, a cessação da nomeação em regime de substituição, no cargo de Director de Serviços de Arquitectura, Segurança

e Qualidade, do licenciado Rogério Manuel Aroso Peixoto Rodrigues, com efeitos a 31.12.2009.

15.01.2010. — A Subdirectora-Geral, *Maria Júlia Fonseca Cardoso Neves Murta Ladeira*.

202826214

Despacho n.º 1833/2010

1 — Por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 16184, de 3 de Setembro de 2007, em jornal de grande difusão e na bolsa de emprego público em 5/09/2007, publicitou o Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública o procedimento concursal destinado à selecção do titular do cargo de direcção intermédia do 1.º grau, Director de Serviços de Operações e Serviços dando assim cumprimento aos procedimentos prévios estabelecidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

2 — Constituído o júri nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da lei supra mencionada, este elaborou a proposta de nomeação fundamentando-a na reconhecida aptidão do candidato Sebastião Joaquim da Mata Alves para o preenchimento do cargo posto a concurso. Esta nomeação baseou-se na aplicação dos métodos de selecção ao currículo apresentado bem como na entrevista pública que teve em consideração a apresentação dos pontos principais do respectivo currículo.

3 — Pelo exposto, o júri considerou que as razões pelas quais propõe a nomeação do candidato referido no ponto 2 são as seguintes:

Experiência profissional, forte motivação e conhecimento técnico da área de operação de sistemas e serviços.

4 — Assim, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 21.º da lei invocada, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, o especialista de informática do grau 3, nível 2, do mapa de pessoal do Instituto de Informática, licenciado Sebastião Joaquim da Mata Alves, para o cargo de direcção intermédia do 1.º grau, Director de Serviços de Operações e Serviços do Instituto de Informática.

23.12.2009 — O Director-Geral, *José António Cordeiro Gomes*.

Nota curricular

Habilitações literárias:

Licenciatura em Gestão e Administração de Empresas pelo Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa.

Experiência profissional:

1981 a 1995 — Início da carreira informática no Instituto de Informática do Ministério das Finanças. Participação em diversos trabalhos relacionados com a segurança, destacando-se a colaboração dada na execução do Manual Técnico de Segurança dos Sistemas e Tecnologias da Informação editado pelo Instituto de Informática e pela Autoridade Nacional de Segurança.

1995 a 2002 — Desempenho de funções no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras como responsável pelo Departamento de Produção Informática, Sistemas e Comunicações.

1995 a 1997 — Chefe da delegação portuguesa do Comité de Orientação do Sistema de Informação Schengen.

1998 a 2002 — Chefe da delegação portuguesa do Grupo de Trabalho do Sistema de Informação Schengen tendo exercido no primeiro semestre de 2000 a presidência deste grupo, no âmbito da presidência portuguesa da União Europeia.

Membro da Comissão Permanente de Avaliação da Aplicação dos Acordos de Schengen na qualidade de perito do Sistema de Informação Schengen.

2003 a 2006 — Director de Serviços de Produção no Instituto de Informática do Ministério das Finanças.

Desde 2007 — Director de Operações e Serviços (DSOS) no Instituto de Informática do Ministério das Finanças.

A DSOS tem cerca de 50 funcionários repartidos por três divisões: Divisão de Gestão de Serviços e Clientes, Divisão de Produtos e Suporte Técnico e Divisão de Monitorização de Sistemas.

Neste cargo tem coordenado as reuniões mensais dos Directores de Serviço e é membro do Concelho Coordenador de Avaliação do II.

Outras actividades:

Experiência docente nas áreas de Sistemas Operativos e Segurança Informática no Instituto de Informática, e em micro-informática nos Pupilos do Exército. Coordenador de cursos de segurança informática no INA desde 1996.

202825997